



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

1ª TURMA

CNJ: 0164500-24.2009.5.09.0671

TRT: 00482-2010-672-09-00-1 (RO)



V I S T O S, relatados e discutidos estes autos de **RECURSO ORDINÁRIO**, provenientes da MM. **VARA DO TRABALHO DE WENCESLAU BRAZ - PR**, sendo Recorrentes **SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DO CARVÃO DO ESTADO DO PARANÁ e CARBONÍFERA DO CAMBUI LTDA.** e Recorridos **OS MESMOS e MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO.**

I. RELATÓRIO

Inconformados com a r. sentença de fls. 458/461, complementada pela decisão resolutive de embargos de fls. 482/483, que acolheu os pedidos, recorrem os réus.

O primeiro réu, através do recurso ordinário de fls. 485/495, postula a reforma da r. sentença quanto à taxa negocial.

A segunda ré, por meio das razões de fls. 496/530, pugna seja modificada a r. decisão quanto aos seguintes itens: a) negativa de prestação jurisdicional; b) faltas justificadas e taxa negocial; c) fundo de suplementação previdenciária e formação profissional.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

1ª TURMA

**CNJ: 0164500-24.2009.5.09.0671
TRT: 00482-2010-672-09-00-1 (RO)**

Custas recolhidas à fl. 532. Depósito recursal efetuado à fl. 531.

Contrarrrazões tempestivamente apresentadas pelo autor às fls. 536/539.

II. FUNDAMENTAÇÃO

1. ADMISSIBILIDADE

Presentes os pressupostos legais de admissibilidade, **CONHEÇO** dos recursos ordinários interpostos. Todavia, **NÃO CONHEÇO** das contrarrrazões do autor por intempestivas. Recebidos os autos pela PTM em 11/04/2011 (fl. 535), o prazo para apresentação das contrarrrazões se encerrou em 19/04/2011; portanto, intempestivas se apresentadas em 2504/2011 (fls. 536/539).

2. PRELIMINAR

a. carência de ação

A segunda reclamada pretende a reforma da decisão que entendeu inexistir carência de ação por falta de interesse de agir. Alega que não há interesse de agir do autor, alegando que haveria erro material nas cláusulas coletivas impugnadas, as quais teriam sido apenas cumpridas pela recorrente.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

1ª TURMA

**CNJ: 0164500-24.2009.5.09.0671
TRT: 00482-2010-672-09-00-1 (RO)**

O interesse de agir materializa-se na necessidade da prestação jurisdicional, permitindo gerar benefícios ou vantagens efetivas para os autores da ação (binômio necessidade-utilidade). Vale dizer, decorre da necessidade da tutela jurisdicional que pode produzir consequências úteis e vantajosas aos reclamantes.

In casu, a parte demandante tem interesse de agir, já que para eles obterem a vantagem pretendida na presente ação, inevitavelmente necessitam da tutela jurisdicional do Estado para sua obtenção.

A avaliação do interesse de agir (uma das condições da ação) é realizada em abstrato apenas com as informações apresentadas pela parte autora na peça exordial (*in statu assertionis*), conforme preceitua a teoria da asserção, albergada pelo direito pátrio.

Assim, nesta linha de raciocínio, imperioso reconhecer que há interesse de agir do autor, que preencheu integralmente as condições da ação, não se cogitando de carência.

Assim, não prospera a pretensão da recorrente para que seja extinto o processo sem resolução do mérito.

Nada a deferir.

3. MÉRITO

**RECURSO ORDINÁRIO DE SINDICATO DOS
TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO
DO CARVÃO DO ESTADO DO PARANÁ**

fls.3



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

1ª TURMA

CNJ: 0164500-24.2009.5.09.0671

TRT: 00482-2010-672-09-00-1 (RO)

a. taxa negocial (análise conjunta ante a identidade de matérias)

O sindicato réu sustenta a validade do pagamento de contribuição por parte dos empregados não filiados, argumentando seu cunho infraconstitucional, decidida pela categoria por meio de Acordo Coletivo, além de que *"a oposição deveria ter sido realizada de forma tempestiva e do silêncio importa em reconhecer como válido tal desconto"* (fl. 489).

O juízo *a quo* concluiu o seguinte:

"Nos termos da jurisprudência atual e notória, a imposição de contribuição assistencial, taxa negocial ou outra nomenclatura em favor da agremiação sindical a empregados a ela não associados ofende o princípio da liberdade de associação consagrado nos termos do artigo 8º, inciso V, da Constituição da República.

O mesmo entendimento se observa no princípio contido no artigo 2º da Convenção nº 87 da Organização Internacional do Trabalho, que apesar de ainda não ratificado pelo Brasil, inclui-se entre as normas definidoras dos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, conforme Declaração firmada em 1998, de observância obrigatória por todos os países membros daquele organismo internacional.

Entendo ser indevida a imposição de desconto visando ao custeio de ente sindical a que o trabalhador não aderiu voluntariamente, tendo em vista que a contribuição sindical compulsória, decorrente da lei ou da norma coletiva, destitui os integrantes da categoria de um dos mais importantes instrumentos a lhes assegurar voz ativa na definição dos destinos da sua representação de classe, além de concorrer para a fragilização da legitimidade da representação sindical, na medida em que o seu custeio não mais estará vinculado à satisfação dos representados com a atuação dos seus representantes.

Em que pese a expressão contida na letra 'e' do artigo 513 da CLT, a prerrogativa do Sindicato de impor contribuições a todos aqueles que participam das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas limita-se àqueles empregados filiados, que participam das assembléias e nelas podem manifestar-se a favor ou contra as deliberações.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

1ª TURMA

CNJ: 0164500-24.2009.5.09.0671

TRT: 00482-2010-672-09-00-1 (RO)

Não podem ser incluídos nesse caso, aqueles empregados da categoria não filiados, os quais não têm a mesma possibilidade, poder de voto e prerrogativa.

Assim, este Juízo se coaduna com o contido no Precedente Normativo nº 119 da SDC do C.TST, que assim dispõe:

Contribuições Sindicais - Inobservância de Preceitos Constitucionais (negativo): A Constituição da República, em seus arts. 5º, XX e 8º, V, assegura o direito de livre associação e sindicalização. É ofensiva a essa modalidade de liberdade cláusula constante de acordo, convenção coletiva ou sentença normativa estabelecendo contribuição em favor de entidade sindical a título de taxa para custeio do sistema confederativo, assistencial, revigoramento ou fortalecimento sindical e outras da mesma espécie, obrigando trabalhadores não sindicalizados. Sendo nulas as estipulações que inobservem tal restrição, tornam-se passíveis de devolução os valores irregularmente descontados.

No mesmo sentido, temos a Orientação Jurisprudencial nº 17 da SDC do C.TST, também acolhida por este Juízo:

Contribuições para Entidades Sindicais. Inconstitucionalidade de sua Extensão a não Associados. Inserida em 25.05.1998. As cláusulas coletivas que estabeleçam contribuição em favor de entidade sindical, a qualquer título, obrigando trabalhadores não sindicalizados, são ofensivas ao direito de livre associação e sindicalização, constitucionalmente assegurado, e, portanto, nulas, sendo passíveis de devolução, por via própria, os respectivos valores eventualmente descontados.

Portanto, entendo que apenas a contribuição sindical é obrigatória e alcança os empregados associados e não associados aos sindicatos. As demais contribuições alcançam apenas os empregados associados/filiados.

Da mesma forma que no ano de 2009, entendo que também a cláusula 38ª do Acordo Coletivo de Trabalho de 2010, juntado nas fls. 370/381, fere o princípio constitucional de liberdade associativa ao incluir cláusula de oposição aos empregados não filiados.

Ressalto que a liberdade sindical prevista no artigo 8º, V da CF/88, ao contemplar a livre opção quanto à filiação, trouxe consigo a liberdade de não pagamento em relação às contribuições instituídas por deliberação interna dos órgãos de classe.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

1ª TURMA

CNJ: 0164500-24.2009.5.09.0671

TRT: 00482-2010-672-09-00-1 (RO)

Ademais, a entidade sindical possui - ou ao menos deveriam possuir - controle de quem é filiado, e assim tem ampla condição de direcionar os descontos apenas em relação a estes, e não fixar um prazo reduzido de oposição aos descontos por parte de todos os empregados.

Portanto, não basta a inserção de parágrafo prevendo o direito de oposição para tornar lícita a cobrança.

O que se busca é afastar o caráter compulsório de contribuições, das mais diversas, estipuladas em negociações coletivas, que cada vez mais trazem em seu bojo o caráter de arrecadação, e sobrecarregam os trabalhadores, e o pior, independentemente do quesito filiação.

Saliente-se que não se trata de interferência na organização sindical e sim preservação da liberdade de associação sindical, esta garantida constitucionalmente.

Diante do exposto, defiro o pedido do autor, condenando os réus a absterem-se de instituir em acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho contribuição em favor de entidade sindical a título de contribuição confederativa, assistencial, negocial, revigoramento ou fortalecimento sindical e outras da mesma espécie, obrigando não filiados ao sindicato beneficiado, independentemente de previsão de direito de oposição, sob pena de aplicação de multa de R\$ 50.000,00 por cláusula contrária futura, posterior a esta decisão, a ser revertida a entidade beneficente de Figueira a ser indicada pelo autor, no caso do não cumprimento da obrigação." (fls. 459v./460).

Meu posicionamento pessoal é no sentido de ser possível a cobrança de taxa negocial em razão de negociações coletivas realizadas pelo sindicato, de todos os empregados, ainda que não filiados, desde que concedido, de forma clara e transparente, o direito de oposição.

Este não é o caso da taxa prevista nas referidas cláusulas 35ª dos ACTs 2007 (fl. 170), 2008 (fl. 192) e 2009 (fl. 226), as quais sequer previam o direito de oposição para os trabalhadores. Assim, deve-se entender que tais valores se prestavam apenas à manutenção das entidades sindicais. Portanto, somente os trabalhadores filiados



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

1ª TURMA

CNJ: 0164500-24.2009.5.09.0671

TRT: 00482-2010-672-09-00-1 (RO)

ao sindicato estavam obrigados a contribuir, a teor dos artigos 5º, inciso XX, e 8º, caput e inciso V, da CF.

Todavia, entendimento diverso se aplica quanto ao ACT 2010, que assegura o direito de oposição (cláusula nº 38 - fl. 378).

Não obstante a não obrigatoriedade de filiação dos componentes da categoria profissional ao sindicato, é inegável que todos os membros da categoria são beneficiados pelo acordo coletivo. Logo, nada mais justo que seja cobrada taxa de todos os membros da categoria profissional, independentemente de serem, ou não, filiados ao sindicato, sem prejuízo de eventual oposição a tal cobrança, o que deve ser resguardado pelos instrumentos normativos. Isto foi observado, já que, *in casu*, foi estipulado, nas próprias cláusulas, de forma clara e transparente, o direito de oposição aos trabalhadores.

Assim, não prospera o pleito do autor quanto à taxa denominada "TAXA NEGOCIAL", prevista em acordo coletivo de trabalho, já que esta passou a ser cobrada, de forma mensal, apenas dos trabalhadores da categoria que ainda não tivessem exercido seu direito de oposição (cláusula 38ª - ACT 2010).

Reformaria parcialmente, para considerar legítima a instituição, em instrumento coletivo de trabalho, de contribuição em favor de entidade sindical a título de contribuição negocial, obrigando não filiados ao sindicato beneficiado, quando existente previsão de direito de oposição.

No entanto, restei vencido ante o posicionamento desta D. Turma, que acolheu os fundamentos expostos pelo Exmo. Des. Revisor, *in verbis*:

fls.7



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

1ª TURMA

CNJ: 0164500-24.2009.5.09.0671

TRT: 00482-2010-672-09-00-1 (RO)

A instituição de descontos assistenciais ou confederativos, em instrumentos coletivos, somente é lícita quando for efetuada sobre os salários de empregados associados à entidade sindical beneficiada, vez que estes estão sujeitos às decisões tomadas nas Assembleias Gerais realizadas pelo Sindicato.

Destarte, não tem a decisão assembleiar força de lei para atingir aqueles que não tiveram direito de voto, nem tiveram participação ou influência nos temas postos em pauta como associados.

Imperioso destacar que a Constituição Federal assegurou a todos os trabalhadores, o direito da livre negociação e sindicalização, por meio dos artigos 5º, inc. XX e 8º, inc. V (Princípio da Liberdade de Associação e de Sindicalização). Logo, qualquer cláusula constante em instrumento coletivo, que estabeleça taxas visando custear e manter os dispêndios de organização dos trabalhadores e a título de contribuição confederativa, assistencial ou, como no caso, "taxa de reversão salarial" em favor de entidade sindical, não pode obrigar a tais pagamentos empregados não sindicalizados, por ofensa direta aos citados dispositivos constitucionais.

Os julgados transcritos a seguir, confirmam o posicionamento adotado:

"CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL E CONFEDERATIVA. EMPREGADO NÃO SINDICALIZADO. 1. Inadmissível a imposição de contribuição assistencial e confederativa a empregado de categoria profissional não associado em favor do sindicato da categoria profissional, por afrontar a liberdade de associação constitucionalmente assegurada (arts. 8º, inciso V, e 5º, inciso XX, da CF/88). Precedente

fls.8



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

1ª TURMA

CNJ: 0164500-24.2009.5.09.0671

TRT: 00482-2010-672-09-00-1 (RO)

Normativo nº 119 da SDC/TST. (...)." (TST. AIRR 703/2002-034-15-40. 1ª Turma. Relator Ministro João Oreste Dalazen. DJ 17.12.04).

"CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS COBRANÇA DE EMPREGADOS NÃO FILIADOS AO SINDICATO - PRECEDENTE NORMATIVO 119 DA SDC E SÚMULA 333, AMBOS DO TST. 1. A decisão regional deslindou a controvérsia em consonância com o Precedente Normativo 119 da SDC do TST, segundo o qual os arts. 5º, XX, e 8º, V, da CF asseguram o direito de livre associação e sindicalização, sendo ofensiva a essa modalidade de liberdade cláusula constante de acordo, convenção coletiva ou sentença normativa que estabeleça contribuição em favor de entidade sindical a título de taxa para custeio do sistema confederativo, assistencial, revigoração ou fortalecimento sindical e outras da mesma espécie, obrigando trabalhadores não sindicalizados, de modo que são nulas as estipulações que não observem tal restrição, e tornam-se passíveis de devolução os valores irregularmente descontados. 2. A Subseção Especializada em Dissídios Individuais do TST abarca o posicionamento do mencionado Precedente Normativo (TST-E-RR-362.159/1997.6, Rel. Min. Carlos Alberto, SBDI-1, DJ de 14/09/01; TST-E-RR-1.085/2001-070-02-00.2, Rel. Min. José Luciano de Castilho Pereira, SBDI-1, DJ de 05/05/06; TST-E-RR-472/2002-049-02-00.8, Rel. Min. Aloysio Corrêa da Veiga, SBDI-1, DJ de 19/12/06). Assim, emerge como obstáculo à revisão pretendida a orientação fixada na Súmula 333 do TST. Agravo de instrumento desprovido." (AIRR 1652/2004-060-15-40 - 7.ª Turma - Relator Ministro Ives Gandra Martins Filho - DJ 04.04.08).

Outrossim a instituição de contribuição de "taxa negocial" por parte de empregados não sindicalizados encontra óbice no que dispõe a OJ nº 17 da SDC do C. TST:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

1ª TURMA

CNJ: 0164500-24.2009.5.09.0671

TRT: 00482-2010-672-09-00-1 (RO)

"CONTRIBUIÇÕES PARA ENTIDADES SINDICAIS. INCONSTITUCIONALIDADE DE SUA EXTENSÃO A NÃO ASSOCIADOS. As cláusulas coletivas que estabeleçam contribuição em favor de entidade sindical, a qualquer título, obrigando trabalhadores não sindicalizados, são ofensivas ao direito de livre associação e sindicalização, constitucionalmente assegurado, e, portanto, nulas, sendo passíveis de devolução, por via própria, os respectivos valores eventualmente descontados".

Assim, a cobrança de qualquer contribuição de natureza assistencial, ainda que inserida em acordos ou convenções coletivas de trabalho e mesmo que prevendo direito de oposição, só pode ser exigida dos associados da entidade sindical.

Mantenho.

b. contribuição paga pelo empregador - fundo de suplementação previdenciária (análise conjunta ante a identidade de matérias)

Defendem os réus a validade da cobrança de contribuição do empregador a título de suplementação previdenciária. A segunda ré alega que *"o fundo de suplementação previdenciária e formação profissional previsto na cláusula 38ª do acordo coletivo de 2009 não beneficiou o sindicato profissional, mas tão somente os trabalhadores vinculados àquele órgão, os quais não tiveram nem terão qualquer desconto a esse título"* (fl. 517).

Assim decidiu o MM. Juízo de origem:

"Já de início, com a leitura da cláusula 38ª do ACT 2009, repetida no ACT 2010, observa-se que o título do 'fundo' não condiz com a realidade, uma vez que apesar de intitulado 'fundo de suplementação
fls.10



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

1ª TURMA

CNJ: 0164500-24.2009.5.09.0671

TRT: 00482-2010-672-09-00-1 (RO)

previdenciária e formação profissional', sua finalidade limita-se a complementação de verba previdenciária, sem qualquer previsão de formação profissional.

Ao contrário do alegado pelos réus, entende o Juízo que referida cláusula fere literalmente o princípio constitucional de liberdade sindical, cuja máxima é a possibilidade dos empregados, no caso, organizarem-se livremente sem qualquer interferência, inclusive de seus empregadores.

Conforme argumenta o MPT autor, há previsão expressa na Convenção nº 98 da Organização Internacional do Trabalho, em seu artigo 2º, acerca da impossibilidade de ingerência por parte da empresa empregadora ou do sindicato patronal.

Louvável a intenção dos réus em auxiliar os empregados que efetivamente necessitem de complementação de suas rendas quando em gozo de auxílio previdenciário, porém, a forma escolhida pelas partes não é a correta no entender deste Juízo.

Nos termos da cláusula em questão, o primeiro réu fica responsável pela gerência e administração do fundo, sem descrição de qual pessoa/cargo seria o responsável e sem qualquer previsão de prestação de contas, penalidade ou responsabilidade civil e criminal.

Os réus deveriam efetivamente seguir o exemplo das instituições citadas na audiência inicial (Postalís, Previ e Petros, entre outras), pessoas jurídicas criadas especialmente para administrar valores repassados por empregadores com a finalidade de complementação previdenciária, com estatutos, normas e regras próprios, administradores competentes e passíveis de responder civil e criminalmente por seus atos.

Diante do exposto, defiro o pedido formulado pelo autor, determinando que os réus abstenham-se de instituir em acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho qualquer tipo de contribuição a ser custeada pelos empregadores em benefício do sindicato profissional, independente da finalidade, sob pena de aplicação de multa de R\$ 100.000,00 por cláusula contrária futura, posterior a esta decisão, a ser revertida a entidade beneficente de Figueira a ser indicada pelo autor, no caso do não cumprimento da obrigação." (fls. 460v./461).

A r. sentença deve ser mantida por seus próprios fundamentos.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

1ª TURMA

CNJ: 0164500-24.2009.5.09.0671

TRT: 00482-2010-672-09-00-1 (RO)

O apelo, neste particular, versa sobre o repasse de contribuições pelas empresas ao sindicato representante da categoria profissional previstas nos instrumentos normativos, para formação de fundo previdenciário e de formação profissional, nos termos da cláusula 38ª do ACT 2009, que assim estabelece:

"CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - FUNDO DE SUPLEMENTAÇÃO PREVIDENCIÁRIA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A empresa recolherá, mensalmente, até o 6º dia útil do mês vencido, em favor do sindicato profissional acordante, o valor equivalente a R\$ 9,00 (nove reais) por empregado abrangido pelo presente Acordo, com o objetivo da formação de fundo previdenciário e de formação profissional, a ser gerido e administrado pela entidade sindical, visando a suplementação do auxílio acidente de trabalho e auxílio doença previdenciário, dos empregados na ativa, neles incluídos os aposentados que estiverem em atividade, pagos pela Previdência Social.

Parágrafo 1º - O valor arrecadado pelo Sindicato acordante será depositado em conta bancária especial, indicada pelo mesmo, ficando vedada qualquer ingerência da empresa na gestão do fundo.

Parágrafo 2º - O empregado que fizer jus ao benefício deverá apresentar ao Sindicato o comprovante da lavra da Previdência Social, o qual se responsabiliza pela complementação devida.

Parágrafo 3º - A remuneração para o cálculo da diferença a ser paga como suplementação será apurada somando-se o salário contratual fixo mensal com a média dos últimos 12 (doze) meses das parcelas variáveis (...).

Parágrafo 4º - As regras previstas nesta cláusula poderão ser inteiramente revistas, com a desobrigação da empresa de sua contribuição mensal e cancelamento pelo sindicato dos benefícios do fundo, se em decisão de Dissídio Coletivo ou Individual a Justiça do Trabalho estipular obrigações adicionais à empresa compatíveis ou paradigmas com os benefícios ora estipulados.

Parágrafo 5º - Os empregados que na data da assinatura do presente acordo já estejam afastados por auxílio doença ou acidente do trabalho não farão jus ao benefício (...).

Parágrafo 6º - O fundo articulado nesta cláusula visa primordialmente o aprimoramento da assistência aos empregados.

fls.12



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

1ª TURMA

CNJ: 0164500-24.2009.5.09.0671

TRT: 00482-2010-672-09-00-1 (RO)

Parágrafo 7º - O Sindicato Profissional contará com uma carência de 90 (noventa) dias para efetivar o início do pagamento dos benefícios a que fizer jus o empregado da ativa.

Parágrafo 8º - As controvérsias decorrentes da aplicação dos benefícios previstos no fundo serão dirimidas por conselho arbitral, composto por 3 (três) membros, (...).

Parágrafo 9º - As deliberações do conselho arbitral serão definitivas, através de laudo e o beneficiário que se entender prejudicado poderá se socorrer dos meios judiciais competentes, se for o caso." (fls. 227/228).

Tal forma de contribuição, diretamente da empresa para o sindicato obreiro, para beneficiar a categoria profissional, mesmo que não se trate aqui de contribuições a serem descontadas dos empregados, refoge à previsão autorizadora do art. 513, "e", da CLT, que traz a possibilidade de instituição de contribuições pagas pelos integrantes das categorias profissionais, econômicas ou de profissionais liberais para seus respectivos sindicatos.

Logo, não há conjectura de contribuição cruzada, entre integrantes de categoria diversa daquela representada pelo sindicato beneficiário.

Na hipótese, o sindicato dos trabalhadores depende economicamente de contribuições provenientes das empresas nas quais seus integrantes trabalham para promoção de benefícios à categoria profissional, fato que pode ensejar manobras anti-sindicais, em atentado ao postulado da liberdade sindical, de nada adiantando as normas constitucionais que garantem a autonomia sindical.

A Convenção nº 98 da Organização Internacional do Trabalho, promulgada pelo Decreto nº 33.196/53, veda semelhante prática, "verbis":

"Artigo 2º



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

1ª TURMA

CNJ: 0164500-24.2009.5.09.0671

TRT: 00482-2010-672-09-00-1 (RO)

1. As organizações de trabalhadores e de empregadores gozarão de adequada proteção contra atos de ingerência de umas nas outras, ou por agentes ou membros de umas nas outras, na sua constituição, funcionamento e administração.

2. Serão principalmente considerados atos de ingerência, nos termos deste Artigo, promover a constituição de organizações de trabalhadores dominadas por organizações de empregadores ou manter organizações de trabalhadores com recursos financeiros ou de outra espécie, com o objetivo de sujeitar essas organizações ao controle de empregadores ou de organizações de empregadores."

Assim, na medida em que o repasse de recursos financeiros pelas empresas ao sindicato réu destina-se ao verdadeiro custeio do sindicato profissional, resta configurado, de forma inegável, ato de ingerência nos termos da cláusula 2ª da Convenção nº 98 da OIT, reconhecendo-se a ilicitude da cláusula coletiva, cuja previsão afasta-se do objeto de ajuste celebrado em instrumentos normativos, pois não se dirige a condições de trabalho ou a disciplinar as relações de trabalho entre as categorias representadas, corroborando a ilicitude.

Ademais, esse é o posicionamento da jurisprudência deste E. TRT, assim se manifestando a respeito:

"CONVENÇÃO COLETIVA DO TRABALHO. CONTRIBUIÇÃO EMPRESARIAL EM BENEFÍCIO DO SINDICATO OBREIRO. A instituição em instrumento coletivo de contribuição de empresas para o sindicato obreiro refoge à previsão autorizadora do art. 513, "e", da CLT, porquanto representa espécie de contribuição transversa, entre integrantes de categoria diversa daquela representada pelo sindicato beneficiário. Ademais, a dependência econômica do sindicato profissional em relação a contribuições de empresas constitui atentado à liberdade e autonomia sindical, nos termos do art. 2º da Convenção nº 98 da OIT. Recurso Ordinário do Sindicato-Autor a que se nega provimento. Neste sentido o Enunciado nº 27 aprovado pela Sessão Plenária na 1ª Jornada de Direito Material e Processual na Justiça do Trabalho, encerrada no último dia 23 no Tribunal Superior do Trabalho: 'VEDAÇÃO. É vedada a estipulação em norma coletiva de cláusula pela qual o empregador financie a atividade sindical dos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

1ª TURMA

CNJ: 0164500-24.2009.5.09.0671

TRT: 00482-2010-672-09-00-1 (RO)

trabalhadores, mediante transferência de recursos aos sindicatos obreiros, sem os correspondentes descontos remuneratórios dos trabalhadores da categoria respectiva, sob pena de ferimento ao princípio da liberdade sindical e caracterização de conduta antisindical tipificada na Convenção nº 98 da OIT, ratificada pelo Brasil". (RO 05056-2007-662-09-00-1, 1ª Turma, Desemb. Ubirajara Carlos Mendes, publ. 04.03.08).

"CONTRIBUIÇÃO A SER PAGA PELA EMPRESA EM FAVOR DO SINDICATO PROFISSIONAL - ILEGALIDADE - A cobrança de contribuição a ser paga pela empresa em favor de sindicato profissional, denominada de 'fundo de formação profissional', ainda que respaldada em norma coletiva, revela-se ilegal por contrariar normas e princípios de ordem pública, evidenciando o mau uso da autonomia privada coletiva a que refere o artigo 7º, XXVI, da Constituição Federal. A referida contribuição criaria um indevido estado de sujeição e dependência do sindicato profissional em relação às empresas, já que estas estariam participando de sua sustentação, o que, definitivamente, contraria o espírito de representatividade sindical. Assim, resta evidente que a referida contribuição atenta contra a liberdade e a autonomia sindical (artigo 8º da CF c/c artigo 2º da Convenção nº 98 da OIT - Decreto nº 33.196/1953), pois representa uma forma de ingerência e de dominação por parte de empresas sobre o sindicato dos trabalhadores" (RO 02502-2007-664-09-00-9. 5ª T. Desemb. Reginaldo Melhado. publ. 15.02.08).

"COBRANÇA DE TAXAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - Nula a cláusula convencional que impõe ao empregador o pagamento de taxas, por empregado, além das já previstas no ordenamento jurídico, mormente, quando não asseguram direito individual ou coletivo a qualquer título, ou seja, não dizem a que se destinam. Mostra-se contrária ao entendimento consagrado no pn 119 do c. TST a cláusula que impõe contribuição das empresas em favor do sindicato que sequer representa sua categoria, sem permitir o direito de oposição. Recurso do sindicato-autor a que se nega provimento. Cobrança de taxa de reversão salarial. Descabe à ré sub-rogar-se no direito de seus empregados e indagar acerca da legitimidade ou não dos descontos a título de reversão salarial, já que a discussão acerca de sua propriedade ou não, cabe somente ao empregado representado pelo autor que se sinta prejudicado com a disposição convencional, posto que é ele quem pode discernir se o autor



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

1ª TURMA

CNJ: 0164500-24.2009.5.09.0671

TRT: 00482-2010-672-09-00-1 (RO)

é ou não merecedor do valor imposto. Recurso da ré a que se nega provimento." (TRT 9ª R. - Proc. 00629-2002-024-09-00-0 - (21184-2003) - Relª Juíza Márcia Domingues - DJPR 26.09.2003).

"CONTRIBUIÇÃO A SER PAGA PELAS EMPRESAS EM FAVOR DO SINDICATO - NULIDADE: Ressente-se de amparo legal cláusula normativa em que o sindicato patronal obriga as empresas que representa a arcar com taxa em benefício do sindicato profissional. Se a regra quanto ao trabalhador é o disposto na OJ 17 da SDC-TST, com muito maior razão deve-se reputar ilegal a cláusula convencional invocada e que impõe ao empregador contribuir mensalmente com o sindicato profissional (obreiro, ressalte-se). Além de macular os princípios insculpidos no art. 8º, V e 5º, XX, da CF, gera uma fratura, propriamente dita, no sistema de representação estabelecido pelo nosso ordenamento jurídico, pois a empresa, como mantenedora da entidade representante dos trabalhadores, passaria a ser, se não titular do sindicato profissional, detentora, pelo menos em tese, de poder de ingerência neste, o que é, no mínimo, um absurdo, além de contrariar a própria finalidade da instituição dos sindicatos. Não bastasse tudo isto, vale lembrar que o art. 149 da Constituição, dispositivo integrante do Título VI, referente à 'Tributação e do Orçamento', atribui competência exclusiva - não concorrente, leia-se -, da União para instituir contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas. Logo, a norma coletiva sob combate é inconstitucional (de boa técnica, é inaplicável), por, ao criar contribuição de interesse de categoria profissional, conflitar com aquela Norma Maior." (TRT-PR-91112-2004-008-09-00-5-ACO-03852-2005 - Relatora Juíza Sueli Gil El Rafihi - DJPR 18-02-2005).

Dessarte, ausente amparo legal, além da violação dos princípios constitucionais assecuratórios da liberdade sindical, a pretendida contribuição não pode ser mantida.

Outrossim, os réus justificam as contribuições empresariais por participação no custeio de fundo previdenciário e de formação profissional, mas, de início, a norma coletiva sequer menciona qualquer previsão referente à formação profissional, além de não demonstrarem que os recursos estão sendo destinados para o fim específico de suplementação do auxílio acidente.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

1ª TURMA

**CNJ: 0164500-24.2009.5.09.0671
TRT: 00482-2010-672-09-00-1 (RO)**

Mantém-se.

**RECURSO ORDINÁRIO DE CARBONIFERA DO
CAMBUI LTDA.**

a. negativa de prestação jurisdicional

Pugna a recorrente seja declarada nulidade da r. decisão que rejeitou os embargos de declaração, por negativa de prestação jurisdicional.

Equivocado o entendimento da segunda ré, pois a decisão atende aos requisitos mínimos insculpidos no artigo 832 da CLT e 458 do CPC, não podendo ser declarada a sua nulidade sob o argumento de que não fez menção a todos os dispositivos legais lançados pelas partes.

Segundo o princípio da persuasão racional, autorizado está o Juiz a formar livremente sua convicção, apreciando e avaliando as provas existentes nos autos, desde que a motive (artigo 93, inciso IX, da Carta Magna), o que de fato ocorreu. Contudo, o magistrado não está obrigado a enfrentar todos os fundamentos, inclusive artigos de lei elencados pela parte, se a prestação foi entregue em observância ao artigo 93, inciso IX, da CF/88.

Além disso, não se olvide que o Juízo não está adstrito à prova produzida exclusivamente pelo reclamado. Nada obsta que o Juízo chegue à conclusão diversa, a partir da análise das demais provas colhidas.

Ademais, o inconformismo apresentado em embargos de declaração é passível de reforma, se for o caso, quanto ao mérito. Ante o princípio da



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

1ª TURMA

**CNJ: 0164500-24.2009.5.09.0671
TRT: 00482-2010-672-09-00-1 (RO)**

devolutividade inerente aos recursos, o presente apelo devolve ao Tribunal o conhecimento da matéria impugnada, ainda que a sentença não a tenha julgado por inteiro (art. 515, caput e § 1º, CPC, c/c art. 769, CLT).

Rejeito.

b. faltas justificadas

Sustenta a recorrente que *"a tal cláusula convencional relacionada ao artigo 473 consolidado foi redigida erroneamente no texto do Acordo Coletivo de Trabalho 2009 e, por outro lado, há prova documental de que tal disposição consolidada foi devidamente cumprida no curso de vigência do ACT 2009"* (fl. 511). Argumenta que, assim, seus empregados não sofreram nenhum prejuízo, sendo que lhes foram garantidos os 2 dias de licença em razão de falecimento de irmão ou irmã.

Consignou o i. julgador de primeiro grau:

"Diante do reconhecimento da irregularidade por parte dos réus, correto o requerimento da exordial.

A simples alegação de erro material não é suficiente para excluir a responsabilidade dos réus, que expressa e literalmente, suprimiram direito legal dos empregados. Saliente-se que referida cláusula poderia ter sido retificada durante o período de vigência do ACT 2009, através de termo aditivo, sendo que do contrário, somente foi alterado no instrumento normativo seguinte.

Outrossim, não vislumbro o alegado erro material, na medida em que, no entendimento deste Juízo, se considera erro material apenas aquele perceptível sem a necessidade de exame acurado do texto e que evidencia incongruência entre a vontade dos pactuantes e o expressado no texto (instrumento normativo).

Diante do exposto e para garantir a aplicação da norma legal, defiro o pedido formulado na petição inicial, condenando os réus a absterem-se de instituir em acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho

fls.18



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

1ª TURMA

CNJ: 0164500-24.2009.5.09.0671

TRT: 00482-2010-672-09-00-1 (RO)

cláusula contrária ao ordenamento jurídico, especificamente ao artigo 473 da CLT, sob pena de aplicação de multa de R\$ 10.000,00 por cláusula futura, a ser revertida a entidade beneficente de Figueira a ser indicada pelo autor, no caso do não cumprimento da obrigação." (fl. 459).

In casu, verifica-se que a ré não ataca os fundamentos da sentença, exegese da Súmula 422/TST, *in verbis*:

"SUM-422 RECURSO. APELO QUE NÃO ATACA OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. NÃO CONHECIMENTO. ART. 514, II, do CPC (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 90 da SBDI-2) - Res. 137/2005, DJ 22, 23 e 24.08.2005

Não se conhece de recurso para o TST, pela ausência do requisito de admissibilidade inscrito no art. 514, II, do CPC, quando as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que fora proposta. (ex-OJ nº 90 da SBDI-2 - inserida em 27.05.2002)"

De qualquer sorte, nos termos do art. 8º, III da Constituição Federal, *"ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria"*, no sentido de preservar e aumentar as conquistas de direitos da classe trabalhadora. Dessarte, não é permitido ao sindicato profissional firmar negociação que seja prejudicial ao trabalhador ou limitadora de direitos assegurados em lei, conforme se extrai da previsão contida no art. 7º da Carta de 1988, que assim dispõe: *"são direitos dos trabalhadores (...) que visem à melhoria de sua condição social: XXVI - reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho."*

O artigo 473 da CLT prevê as hipóteses de faltas justificadas, sem prejuízo do salário. No entanto, o Acordo Coletivo de Trabalho de 2009, em sua cláusula 24ª (fl. 223), prevê:

"CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - FALTAS JUSTIFICADAS
fls.19



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

1ª TURMA

CNJ: 0164500-24.2009.5.09.0671

TRT: 00482-2010-672-09-00-1 (RO)

O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário e mediante comprovação documental a ser entregue ao setor pessoal da empresa, nas seguintes ocorrências:

A) GALA - 3 dias úteis consecutivos em caso de contrair matrimônio, não computado o sábado, quando as núpcias ocorrerem neste dia;

*B) NOJO - 2 dias consecutivos em caso de falecimento de pai, mãe, cônjuge e filhos, excluído o dia do falecimento e **1 (um) dia para o caso de falecimento de irmã/ão.*** (grifei).

Logo, qualquer cláusula que se revele abusiva ou limitadora de direitos deve sofrer repressão do Poder Judiciário, consoante dispõe o artigo 51 da Lei 8.078/90 (CDC):

"São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais... IV - que estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exageradas, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade".

Assim, com efeito, inaceitável a cláusula normativa que exclua o direito do empregado à fruição das faltas permitidas, pela CLT, em caso de óbito de irmão ou irmã, benefício compreendido como obrigatório e que legalmente deve ser permitido aos trabalhadores.

Por fim, ressalto que a condenação imposta pelo r. julgador *a quo* refere-se à proibição de instituição de cláusula **futura** que seja contrária ao ordenamento jurídico, notadamente ao dispositivo legal em questão, sendo irrelevante a demonstração de cumprimento do disposto no art. 473 da CLT durante o período em que estava vigente a cláusula 24ª do ACT de 2009.

Nada a prover.

III. CONCLUSÃO

fls.20



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

1ª TURMA

**CNJ: 0164500-24.2009.5.09.0671
TRT: 00482-2010-672-09-00-1 (RO)**

Pelo que,

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, por unanimidade de votos, **CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS** e **NÃO CONHECER** das contrarrazões do autor. Sem divergência de votos, **REJEITAR A PRELIMINAR DA SEGUNDA RÉ**. No mérito, por maioria de votos, parcialmente vencido o Exmo. Desembargador Luiz Eduardo Gunther, **NEGAR PROVIMENTO AOS RECURSOS ORDINÁRIOS DOS RÉUS**. Custas na forma da lei.

Intimem-se.

Curitiba, 18 de outubro de 2011.

**LUIZ EDUARDO GUNTHER
RELATOR**

av